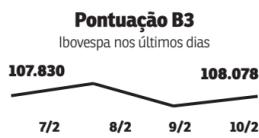
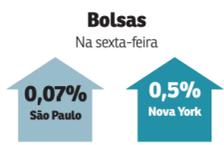




7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 13 de fevereiro de 2023



**Dólar**

Na sexta-feira

Últimos	6/fevereiro	7/fevereiro	8/fevereiro	9/fevereiro
5,174	5,174	5,199	5,196	5,279

**R\$ 5,222**  
(- 1,08%)

**Salário mínimo**  
**R\$ 1.302**

**Euro**  
Comercial, venda na sexta-feira  
**R\$ 5,574**

**CDI**  
Ao ano  
**13,65%**

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)  
**13,66%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53

## SUSTENTABILIDADE

Nova regulação para políticas do setor financeiro, que passou a vigorar em dezembro do ano passado, é mais rigorosa na avaliação dos impactos climáticos nas análises de concessão de crédito

# Risco ambiental na pauta de entidades de fomento

» ROSANA HESSEL

A troca de governo colocou o Brasil de volta ao cenário de respeito ao meio ambiente e da preocupação com as mudanças climáticas. Não à toa, os dados recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram queda de 61% no número de alertas de desmatamento na Amazônia no primeiro mês da gestão do terceiro mandato do petista Luiz Inácio Lula da Silva. Tudo indica que, no setor financeiro, a preocupação com os riscos ambientais tende a ficar mais rigorosa na concessão de empréstimos estratégicos de instituições de fomento, de acordo com a presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Jeanette Halmenschlager Lontra, em entrevista ao **Correio**.

Segundo ela, a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), que incorporou como obrigatória a questão dos riscos climáticos na Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) das instituições reguladas pelo Banco Central, o segmento está em processo de adaptação às novas regras. A mudança entrou em vigor em dezembro passado.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas. A presidente da ABDE destaca que as organizações aprimoraram suas políticas e aprovaram uma normativa que orienta as ações estratégicas para promoção dos investimentos sustentáveis. Além disso, estimula o gerenciamento dos riscos, para controle de sua exposição e a busca de oportunidades para

fomentar produtos e linhas mais adequadas para mitigar os efeitos negativos da mudança climática.

Jeanette Lontra conta que as instituições estão ajustando os planos existentes, ampliando o foco sobre os riscos climáticos conforme a nova resolução. "Na verdade, as instituições já vinham cumprindo as regras socioambientais, mas agora estão aperfeiçoando", explica. "Temos uma metodologia de análise de risco. Como havia uma metodologia de análise de risco de crédito, agora vamos ter também uma metodologia de análise de risco ambiental". Ela reconhece que financiamentos para obras que marcam o retrocesso na área ambiental, como termelétricas a carvão – investimento criticado por ambientalistas e entidades do setor elétrico –, dificilmente deverão ser liberados nesse novo contexto.

A executiva destaca ainda que o Plano ABDE 2030, lançado no ano passado, tem como um dos focos a capacitação de gestores de bancos para qualificar o atendimento e análise de projetos ligados ao desenvolvimento sustentável, com preocupações da nova resolução do CMN. "Essa nova regra entrou em vigor no fim do ano passado e, agora, as entidades estão no processo de adaptação. Algumas entidades já tinham avanços nessa área", afirma a presidente da ABDE.

Ela reforça que as entidades associadas da ABDE já trabalham com o tema da sustentabilidade. "E, agora, as instituições estão olhando principalmente para a questão ambiental. Mas, desde 2015, os grandes bancos já estavam inseridos em alguns protocolos internacionais em relação a essa questão. Agora, estão implementando suas políticas de responsabilidade socioambiental, incluindo a questão climática, por conta da nova resolução do Banco Central", acrescenta.

Beth Santos/Secretaria-Geral da PR



Financiamentos para investimento em geração de energia com uso de poluentes, como termelétricas, dificilmente serão liberados, avalia ABDE

### Para saber mais

## Conheça a ABDE

Criada em 1969, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) é formada por 34 instituições financeiras de fomento públicas e privadas, como Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A entidade representa 94% da carteira de crédito para financiamento ao setor público e responde por 86% da carteira de crédito para a infraestrutura.

### Crescimento

O setor financeiro de fomento é fundamental para o

desenvolvimento estratégico do país, ajudando nos investimentos de infraestrutura e na concretização de políticas públicas. De

acordo com dados da ABDE, entre 2014 e 2022, houve um crescimento de 44% na carteira de ativos das entidades de fomento do SFN, totalizando R\$ 5 trilhões em setembro de 2022. As regiões Centro-Oeste e Nordeste são as que têm a maior participação do crédito total de fomento, com 53%, 51% e 50%, respectivamente. Enquanto isso, Sudeste e Sul, 39% e 45%.

Jeanette Lontra destacou que o crédito agrário vem registrando expansão entre os bancos de fomento. O financiamento para o setor avançou passando de 78%, em 2021, para 81%, em 2022, considerando os valores disponibilizados pelo SNE. Os empréstimos para esse segmento incluem

Plano Safra e demais linhas de crédito para a agricultura de cada instituição.

"O que temos percebido é o aumento de financiamento para irrigação dentro do agronegócio. Eu posso falar, por exemplo, do Rio Grande do Sul, e da seca que atinge a região. Está aumentando cada vez mais a procura por recursos para projetos de irrigação, armazenagem e também a produção de grãos no próprio país. Então, a gente também está financiando muita armazenagem e também as energias renováveis", destacou Lontra, que também preside a Agência de Fomento do Rio Grande do Sul (Badesul).

## ESTATAIS

# Privatizações são freadas por Lula

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em pouco mais de um mês de governo, ampliou sua influência sobre as empresas estatais, nomeando aliados e revertendo processos de privatização iniciados nos governos passados. A articulação esbarra na Lei das Estatais, aprovada durante o governo de Michel Temer (MDB), em 2016, que endureceu as regras para a gestão das empresas públicas, incluindo a nomeação de seus cúpulas. Uma nova versão da lei pode ser votada no Congresso nos próximos meses.

Lula vem conseguindo colocar seus aliados em pontos estratégicos. Na semana passada, convidou o ex-governador de Pernambuco,

Paulo Câmara, para assumir o Banco do Nordeste. Nos Correios, o indicado à presidência foi Fabiano Silva, advogado e coordenador do Grupo Prerrogativas, que teve forte atuação em sua campanha eleitoral. Na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Lula indicou o ex-deputado estadual Edegar Pretto, que foi candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo PT.

A Lei das Estatais, porém, prevê uma quarentena de três anos para que políticos possam assumir o comando das empresas públicas, o que inviabiliza parte das nomeações. Lula atua em duas frentes para mudar o dispositivo da quarentena. O Supremo Tribunal Federal (STF) julga uma ação de inconstitucionalidade, apresentada pelo PCdoB, contra

Mauro Pimentel/AFP



Venda da Petrobras foi um dos processos de privatização barrados por Lula

a Lei das Estatais. O caminho pelo Judiciário poderia encurtar o prazo para a alteração na lei. Porém, nesta semana, o ministro do STF Ricardo Lewandowski sinalizou que deve levar o processo ao plenário da Corte, atrasando a tramitação.

No Senado, por outro lado, uma proposta de nova Lei das Estatais

deve ser votada nos próximos meses, colocada em pauta pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A intenção do governo é reduzir o período de quarentena de três anos para 30 dias, permitindo que os indicados assumam os cargos o quanto antes. A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Casa Civil estão formulando emendas a

serem incluídas no projeto, que já foi aprovado, no ano passado, pela Câmara dos Deputados.

### Desestatização revertida

Na semana passada, Lula decretou a criação de um grupo de trabalho interministerial para estudar como reverter a liquidação e privatização do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec), estatal voltada para pesquisa e fabricação de semicondutores. Em 120 dias de trabalho, a equipe vai produzir um relatório com alternativas para reverter o processo iniciado na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ao ser empossada no cargo, no início do ano, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos frisou a importância da empresa. "Nós vamos construir isso com o presidente Lula. No primeiro momento, vamos suspender a liquidação da Ceitec. Depois, vamos ver que arranjo institucional vamos elaborar para a Ceitec, para recompormos uma política

nacional de semicondutores, que defina claramente seu papel e missão", declarou.

A decisão foi a mais recente em uma série de reversões dos processos de privatização iniciados em gestões passadas. Em uma caneta, ainda no dia da posse, Lula barrou a possível venda de oito estatais: Petrobras; Pré-Sal Petróleo S.A.; Correios; Empresa Brasil de Comunicação; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); e os armazéns e imóveis da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A reversão das privatizações é uma promessa de campanha. Lula considera as estatais como estratégicas para o seu governo. A Dataprev e o Serpro, por exemplo, atuam no pente-fino do Cadastro Único, banco de dados usado para o pagamento dos benefícios como o Bolsa Família, que encontrou indícios de 2,5 milhões de pessoas recebendo o auxílio indevidamente.